

Marcos Augusto Maliska
Professor de Direito Constitucional da UniBrasil, em Curitiba

ESTADO E SÉCULO XXI
A integração supranacional sob a ótica do Direito Constitucional

Editora RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M216e Maliska, Marcos Augusto
Estado e século XXI: a integração supranacional sob a
ótica do direito constitucional / Marcos Augusto Maliska. —
Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
240p. ; 21 cm

Inclui bibliografia
ISBN 85-7147-565-2

1. Direito constitucional — Brasil. I. Título.

CDD 346.81015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - OS ESTADOS E A ORDEM INTERNACIONAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	7
1. Os Estados e o Direito Internacional	8
1.1. Os Elementos Tradicionais do Estado	8
1.2. O Princípio da Igualdade dos Estados	10
1.3. Dependência e Interdependência Econômica	11
1.4. Dependência Econômica, Soberania Política e Integração Regional Supranacional	14
2. O Centro e a Periferia: A dependência econômica como elemento da formação dos Estados periféricos	15
2.1. A América Latina na periferia do Capitalismo	15
2.2. Soberania e Constituição no Brasil	19
2.3. Soberania formal e real	21
2.4. Globalização, estado de bem-estar e desenvolvimento	22
CAPÍTULO II - ABERTURA, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS NO PLANO GLOBAL	27
1. A experiência da Liga das Nações	29
1.1. O fim da Primeira Guerra e o início de uma nova ordem mundial	29
1.2. Os quatorze pontos do Presidente norte-americano Wilson	31
1.3. Os objetivos e a estrutura da Liga	32
1.4. As críticas à Liga	33
2. A Organização das Nações Unidas - ONU	35
2.1. O surgimento da ONU: Da Carta do Atlântico à Conferência de São Francisco	35
2.2. As fases da ONU desde 1945	37
2.3. A ONU depois da Guerra Fria	42
2.4. Os objetivos e a estrutura da ONU	42
2.5. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional	44
2.6. O GATT e a Organização Mundial do Comércio - OMC	48
2.6.1. A estrutura da OMC	51
2.6.2. As críticas à OMC	53

Localização: 342
M251e

2.7. A institucionalização dos direitos humanos pela ONU	55
3. A globalização econômica	59
3.1. Globalização, desenvolvimento tecnológico e capitalismo	61
3.2. A grande transformação da década de 1970	66
3.3. A crise do fundamentalismo neoliberal	69
3.4. Novas perspectivas	71

CAPÍTULO III - ABERTURA, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS NO PLANO REGIONAL

1. A União Européia	76
1.1. A Europa até a Segunda Guerra Mundial	76
1.2. Desenvolvimento histórico da União Européia	77
1.3. Os objetivos da União Européia	79
1.3.1. A União Européia e a proteção dos Direitos Fundamentais	80
1.4. As instituições da União Européia	81
1.5. Desafios da União Européia: Ampliação e aprofundamento da Integração	85
2. O Mercosul	87
2.1. Breve referência aos processos de integração latino-americanos	87
2.2. Mercosul: Um entendimento entre Brasil e Argentina	90
2.3. Perspectivas para o Mercosul.	92

CAPÍTULO IV - FEDERALISMO E INTEGRAÇÃO SUPRANACIONAL REGIONAL. ANÁLISE DO CASO EUROPEU

1. O processo de integração europeu sob diversas perspectivas	95
1.1. Os céticos	96
1.2. Os defensores do mercado Interno	96
1.3. Os Federalistas	97
1.4. Os Cosmopolitas	97
1.5. Outras classificações	98
2. Razões para o fortalecimento do projeto Europa	99
2.1. A Paz como um objetivo do passado e do presente	99
2.2. A reunificação alemã	100
2.3. A Europa como uma potência econômica	100
2.4. A União Européia como uma nova instância reguladora	101

3. Pressupostos empíricos à União Européia	103
3.1. Povo, Nação, Democracia e Europa	104
3.1.1. A distinção entre Povo e Nação	105
3.1.2. Há um povo europeu?	107
3.2. Da Integração Econômica e Política à Integração Cultural	113
3.2.1. Uma Sociedade Civil européia	113
3.2.2. Um Espaço Público europeu	114
3.2.3. Uma Cultura Política européia participativa	116
4. Constituição e União Européia	117
4.1. Os significados de Constituição	117
4.2. Constituição, Estado e União Européia	118
4.3. Constituição, Povo, Democracia e Parlamento	121
5. Uma democrática União Européia de Estados Soberanos Abertos	125
5.1. Uma nova Teoria do Estado	125
5.2. A União Européia como um Estado Federal com novas características	127
5.3. Democracia e União Européia	129
6. Um Estado Federal Europeu	132
6.1.1. Da União de Estados à Federação: Uma proposta	132
6.1.1. Estrutura da Federação	136
6.1.2. O caminho para a Federação	137
6.2 O conceito de Federalismo	138
6.3 Federalismo Nacional e Supranacional. Perigos e Chances	141
6.4 O Princípio da Subsidiariedade	141
6.5. A Europa de regiões	143

**CAPÍTULO V - DESAFIOS DO ESTADO MODERNO:
ABERTURA, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO
SUPRANACIONAL REGIONAL**

	147
1. O Direito Público diante de uma nova realidade	147
1.1. O Direito Constitucional	149
1.2. A Teoria do Estado	151
1.3. O Direito Internacional	151
2. Abertura e cooperação como elementos de uma nova estatalidade	153
2.1. O conceito de cooperação	153
2.2. O Estado como regulador social	156

**Localização: 342
M251e**

2.2.1. O direito estatal sob três perspectivas	157
2.2.2. Regulação Social e Racionalidade Jurídica Moderna	159
2.3. Abertura e cooperação para os níveis global e regional	162
2.4. Uma Teoria do Estado Aberto	163
2.4.1. O Sistema Internacional de Planos de cumprimento de tarefas	165
3. A Integração Supranacional Regional como um novo fenômeno jurídico-político	166
3.1. O tema da integração na Europa e na América Latina	166
3.2. A integração Supranacional Regional entre a Teoria do Estado e o Direito Constitucional	168
3.3. O Direito Constitucional Nacional e Supranacional	170
4. A integração supranacional segundo a Lei Fundamental Alemã	174
4.1 Contexto histórico	174
4.2. A integração supranacional na Lei Fundamental	175
4.3. O conceito "Direitos de Soberania"	178
4.4. A decisão do Tribunal Constitucional Federal	179
5. Abertura, cooperação e integração segundo a Constituição Federal Brasileira	182
5.1. Contexto histórico	182
5.2. O Princípio do Compromisso com a Solução Pacífica das Controvérsias	184
5.3. O Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos	185
5.3.1. O Tribunal Penal Internacional	186
5.3.2. O § 2º do art. 5º da CF	190
5.4. O Princípio da Cooperação entre os Povos	192
5.5. O Princípio da Integração Latino-americana	193
5.5.1. A autorização constitucional para a integração supranacional	194
5.5.2. O Mercosul	202
5.6. O Princípio da Soberania Nacional	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
BIBLIOGRAFIA..	215

A presente obra resulta de sua tese de doutorado, redigida em parte na Alemanha, entre os meses de março de 2002 e maio de 2003, quando residiu em Munique. Da experiência em terras alemãs resultou o gosto pela cultura germânica. Não por outro motivo, dirige, atualmente, na UniBrasil, um grupo de estudos de direito constitucional alemão cujas discussões se operam com o manejo da língua de Goethe.

O presente livro é em boa hora publicado. Trata-se, com efeito, de importante contribuição à literatura jurídica nacional, especialmente porque Maliska vai além das fronteiras em geral exploradas pela doutrina. Com efeito, a originalidade da leitura proposta passa pelas idéias de abertura, cooperação e integração. Não é o caso de explorá-las, ainda que sinteticamente, nesta singela apresentação. Cumpre, apenas, realçar as qualidades de Maliska, enquanto pesquisador e docente, e do texto, considerada sua singularidade, convidando o leitor, advogado, professor ou aluno, para, este sim, providenciar a viagem de exploração.

Cumprimento a Editora Renovar pela publicação da obra.

Curitiba, 09 de agosto de 2005.

Clèmerson Merlin Clève

Professor Titular das Faculdades de Direito da UniBrasil e da UFPr